

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Segundo relatório da corporação, plano detalhado sobre golpe e escapada para o exterior — em caso de fracasso da investida — estava em arquivos no computador de Mauro Cid

PF: Bolsonaro planejou a fuga dois anos antes

» LUANA PATRIOLINO

O relatório final da Polícia Federal sobre tentativa de golpe de Estado revela novos detalhes a respeito do envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro na suposta trama antidemocrática. Segundo os investigadores, o ex-chefe do Executivo se preparou para o golpe quase dois anos antes do resultado das eleições de 2022 e havia, inclusive, um plano de fuga, elaborado em março de 2021, caso a investida fracassasse.

A suspeita da PF decorre dos arquivos encontrados no computador do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. O militar tinha apresentação em slides com planejamento para militares ocuparem “estruturas estratégicas”, a fim de inibir a ação do Poder Judiciário. A data do arquivo é de 22 de março de 2021 — 19 meses antes das eleições.

O documento detalha o planejamento de um golpe de Estado com técnicas militares de emprego pelas forças especiais do Exército, incluindo um plano de fuga de Bolsonaro para o exterior, se a trama desse errado.

A tese dos investigadores é de que a ruptura institucional chegou perto em 7 de setembro de 2021, ante a ofensiva de Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal (STF).

“Os elementos de prova coletados demonstram que os investigadores planejaram o cenário de enfrentamento de Jair Bolsonaro com o Poder Judiciário, o que levaria a uma ruptura institucional. Conforme exposto, tal fato ocorreu de forma mais incisiva no dia 7 de setembro de 2021, quando o então presidente ameaçou o STF e seus ministros, evidenciando a

PAULO LOPES / AFP



Bolsonaro em ato no 7 de Setembro de 2021: evento para marcar o enfrentamento com o Judiciário

prática de atos contra o regime democrático, restringindo a atuação da Suprema Corte brasileira”, ressalta o relatório.

No entanto, o plano golpista só avançou após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022. O relatório da PF aponta que os slides encontrados no computador de Cid previam três cenários que avançariam para o atentado à democracia: se houvesse intervenção do STF no Executivo, se a chapa de Jair Bolsonaro à reeleição fosse cassada, e se o Supremo ou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vetasse o voto impresso, caso fosse aprovado pelo Congresso (o projeto foi derrubado no Legislativo).

O **Correio** tentou contato com a defesa de Bolsonaro, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Novo depoimento

Cid prestará um novo depoimento à Polícia Federal amanhã. A oitiva está prevista para as 15h, na sede da corporação, em Brasília. A intimação para novo depoimento é assinada pelo delegado federal Fábio Shor. No entanto, o ato não informa em qual dos procedimentos investigatórios o militar será ouvido.

Cid também prestou depoimento em 19 de novembro, após os agentes da PF recuperarem

dados que haviam sido apagados em computadores dele. A oitiva ocorreu no mesmo dia da deflagração da Operação Contragolpe, que revelou um plano golpista e de assassinato de Lula, do vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, do STF. O ex-braço direito de Bolsonaro foi preso, mas acabou sendo solto após fechar um acordo de delação premiada. Ele foi ouvido 11 vezes pela PF durante as investigações sobre possíveis irregularidades cometidas no governo Bolsonaro.

Cid se tornou peça-chave na investigação que levou ao indiciamento de 37 pessoas, incluindo Bolsonaro, por suposta tentativa de golpe de Estado.

Risco de domínio da ideologia militar

» RENATA GIRALDI

A ideologia defendida pelos militares que integram o movimento golpista identificado pela Polícia Federal permanece de maneira intensa nas Forças Armadas e também de forma subliminar em parte da sociedade. O alerta é de especialistas ouvidos pelo **Correio**. Para o pesquisador Rodrigo Lentz, o maior perigo é a mentalidade de “domínio militar sobre os civis”. Já o advogado Leonardo Pinheiro, professor universitário da área constitucional e administrativa, ressalta que não se deve confundir os sentidos de “anistia” e “direito ao esquecimento”.

O debate veio à tona no momento em que o **Correio** verificou que os estudos acadêmicos de dois dos 24 oficiais detidos no grupo do movimento golpista mostram que, para eles, as Forças Armadas têm deveres semelhantes aos executados em 1964. Segundo o general da reserva Mario Fernandes, os kids pretos devem ser treinados para atuação contra o que chama de “guerra irregular”, enquanto o tenente-coronel Rafael Martins de Oliveira afirma que houve uma “revolução”, e não um “golpe” liderado pelos militares para derrubar o governo João Goulart, instaurando o regime militar.

Na avaliação de Leonardo Pinheiro, é preciso ter cautela quando se observa que há quem pense que anistia política, como houve no Brasil, significa zerar o que se passou a partir da ditadura. “Ainda que etimologicamente o termo anistia signifique esquecimento, politicamente ela serve muito mais como um mecanismo de superação de supostos impasses históricos. No Brasil, acaba servindo como um perdão institucional irrestrito a crimes praticados por agentes do Estado. Tais crimes são de lesa-humanidade cujo entendimento da

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Reprodução



Fernandes e Oliveira: para ambos, as Forças têm deveres semelhantes aos executados em 1964

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é de que estes não podem ser anistiados por legislação interna.”

Na pesquisa *Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016)*, o professor Rodrigo Lentz, da Universidade de Brasília (UnB), mostra que a maior parte da ideologia das Forças Armadas, de antes de 1964, segue preservada. Ele alerta que não houve mudanças de lá para cá, mesmo passando pela redemocratização, e que há um movimento social grave. “Consenso do domínio militar sobre os civis”, adverte, na página 305 da tese.

Legado

Ao analisar o pensamento político dos militares, de 1974 a 2016, Lentz verificou que a chamada “revolução de 64” e a defesa de seu “legado” integram os pilares da identidade das Forças Armadas. Ele ressalta haver uma ideologia, denominada no meio militar como “valores e ética”, alimentada pela educação militar “formal e, sobretudo, informal” usada para “produzir coesão” em torno de um pensamento único. Citando o manual da Escola Superior

de Guerra (ESG), o pesquisador frisa que, na página 196, do documento, há a recomendação sobre colocar a “conscientização” da defesa das instituições acima de quaisquer críticas.

Segundo Lentz, não houve alteração na essência do pensamento que gere as Forças Armadas, após o golpe de 1964. Muito pelo contrário — de acordo com o professor —, defendem a manutenção dos serviços de contrainteligência como forma de preservação da ordem nacional. Também mencionam a necessidade de colocar a segurança do Estado sobre qualquer situação, inclusive a defesa dos direitos humanos.

Para o pesquisador, é fundamental que a sociedade decida agir. Ele sugere uma ação imediata. “Observar as digitais da doutrina de segurança nacional atual no pensamento político civil seria fundamental para explicar a condescendência política ao nível elevado de autonomia preservada da organização militar em relação ao sistema político”, destaca, na página 304 da tese.

Constituição

No artigo 142 da Constituição

de 1988 são descritas as atribuições das Forças Armadas. Além do caput, há três parágrafos e 10 incisos. Ali são definidas também punições. Os militares, de acordo com a lei nacional, “sob a autoridade suprema do presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria”. Apesar dessa clara definição, na prática, as interpretações deixam que os avanços ocorram.

Na análise de Lentz, esse movimento só ocorre porque as Forças Armadas não passaram por uma profunda mudança, após 1964. “Ao menos desde 1994, a oposição democrática ao regime dirigiu o Estado sem promover a refundação das Forças Armadas que a democracia liberal-pluralista exigia. E o mais grave: sem colocar essa reforma fundamental no centro de suas estratégias políticas”, diz.

De acordo com o pesquisador, é atribuição também da sociedade reagir ao que chama de “naturalização do chamamento dos militares à política, operado por governos civis de variadas ideologias”. Conforme ele, existe uma “assimilação” que permite que essas forças sigam atuando, sem restrições.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Homem atirado da ponte lembra caso do Rio da Guarda

Treze policiais envolvidos direta ou indiretamente no episódio em que um agente jogou um homem dentro de um rio na região de Cidade Ademar, Zona Sul de São Paulo, foram afastados de suas funções pela Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo. Dois sargentos e 11 cabos e soldados estão sendo ouvidos. O fato ocorreu na madrugada de segunda-feira, após uma abordagem policial de duas pessoas, uma das quais é a testemunha do caso, que foi gravado. A vítima da violência policial estaria viva, mas não foi localizada.

Durante uma patrulha, os policiais deram ordem de parada a duas pessoas que trafegavam em uma moto. Os rapazes fugiram, e os PMs, então, iniciaram uma perseguição que terminou com a captura da dupla. Um deles foi jogado no rio por um dos policiais. O outro chegou a ser levado para a delegacia. Agora, é a principal testemunha do caso. Câmaras corporais dos policiais registraram o episódio, que representa uma escada da violência policial em São Paulo, onde vigora uma política de endurecimento das ações repressivas da Polícia Militar.

O episódio lembra uma chacina ocorrida no Rio de Janeiro, na década de 1960, durante o governo de Carlos Lacerda (UDN), no antigo Estado da Guanabara. A “Operação matadengo” foi revelada pelo jornal Última Hora, vespertino que revolucionou a imprensa carioca. Moradores de rua, Elias Marcondes, Expedito Jesus Vieira e José dos Santos foram detidos e obrigados a entrar na caminhonete do Serviço de Repressão à Mendicância (SRM), órgão ligado à Secretaria de Segurança do Estado.

Era noite de segunda-feira, 15 de outubro de 1962, quando foram levados até os limites da então capital federal, em Santa Cruz, na Zona Oeste. O carro parou às margens do Rio Guandu, onde Elias, Expedito e José foram amarrados e jogados no curso d’água. Os três morreram afogados. Mais três viagens seriam realizadas. Carlos Lacerda promovia uma política de remoção de favelas na Zona Sul do Rio e pretendia erradicar a população de rua das vias públicas da região. Os agentes destacados para esse serviço decidiram resolver o problema jogando-os nos rios da Guarda e Guandu, que eram pontos de desova de cadáveres.

Cerca de 20 pessoas foram comprovadamente tiradas das ruas e lançadas nos dois rios pelos agentes do SRM, entre outubro de 1962 e janeiro de 1963, nove das quais morreram. A chacina só foi interrompida porque, em 17 de janeiro de 1963, a pernambucana Ondilina Alves Japiassu nadava bem. Jogada no Rio da Guarda, nadou até a outra margem e fugiu. Dias depois, denunciou a “Operação Mata-Mendigos”, ao jornal Última Hora. Quatro agentes da SRM foram presos e acusados da chacina.

O guarda civil José Mota, o fiscal da Guarda Noturna Pedro Saturnino dos Santos (mais conhecido como Tranca Ruas), o motorista Mário Teixeira, da Assistência Policial, e Nilton Gonçalves da Silva, servente do Ministério da Justiça, confessaram os crimes. Segundo a edição de O Globo de 28 de janeiro de 1963, a certa altura do seu depoimento, Tranca Ruas, que admitira ter disparado um tiro no ouvido de uma vítima antes de jogá-la no rio, denunciou os demais: “Eu não amarrei o peste sozinho! Todos fizemos isso, e eu, que já estou desgraçado, não posso pagar tudo sozinho. Vocês me ajudaram a amarrar o doído e jogar ele no rio!”.

Violência de Estado

Em 12 de fevereiro, os acusados da matança participaram da reconstituição do crime promovida pela polícia e pelo Ministério Público. Demonstraram como várias de suas vítimas resistiram e foram torturadas antes de serem lançadas ao rio. Ondilina não foi a primeira a escapar. Um homem identificado como Saci chegou a se segurar numa proteção de ferro na margem do rio, mas teve as mãos golpeadas com uma lanterna. Ele caiu na água, mas conseguiu nadar até a margem e começou a gritar. Assustados, segundo os depoimentos, os agentes fugiram levando Maria do Socorro, que foi espancada e abandonada numa rua. Estima-se em 50 pessoas o total de desaparecidos.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia do Estado da Guanabara constatou que os chefes do Serviço de Repressão à Mendicância autorizavam “deportações” de pessoas em situação de rua para suas cidades de origem, fora da capital. Entretanto, disseram não saber da matança. Relator da CPI, o deputado Paulo Duque livreiro, em seu relatório, qualquer responsabilidade do governador Carlos Lacerda no escândalo.

Essa chacina se tornou um exemplo de violência de Estado contra populações vulneráveis em situação de rua. A associação ao caso do homem jogado no rio pelos policiais na Cidade Ademar, flagrada pelas próprias câmaras corporais, é pertinente. A política de endurecimento da repressão e flexibilização do uso de câmaras corporais estimula a violência policial desmedida. Sem elas, os policiais do 24º Batalhão da PM, localizado na cidade de Diadema, na Grande SP, poderiam ocultar o fato do homem atirado no rio, que ficaria na obscuridade.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reagiu: em uma rede social, disse que o policial militar que “atira pelas costas” ou “chega ao absurdo de jogar uma pessoa da ponte” não está à altura de usar farda. Será investigado e “rigorosamente” punido. O secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite (PL), também criticou a ação do policial militar: “Anos de legado da PM não podem ser manchados por condutas antiprofissionais”. O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, também emitiu uma nota pública de repúdio: as imagens são “estrangeiras e absolutamente inadmissíveis”.